



**FAES - FACULDADE ESPÍRITO SANTO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**EVANILDA DOS SANTOS GOMES
MARIÁGDA DE JESUS SÁ
NATANAEL ELIAS DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA FORMAÇÃO DO ALUNO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

**EUNÁPOLIS - BA
2023**

**EVANILDA DOS SANTOS GOMES
MARIÁGDA DE JESUS SÁ
NATANAEL ELIAS DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA FORMAÇÃO DO ALUNO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Pedagogia apresentado à
FAES – Faculdade Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção do grau de
graduação.

Orientador: Carlos Alberto Barbosa Silva

EUNÁPOLIS - BA

2022

“Oportunidades para os alunos falarem nas aulas faz com que eles sejam capazes de conectar sua linguagem, seu conhecimento e suas experiências pessoais com a linguagem da classe e da área do conhecimento que se está trabalhando.

A comunicação oral favorece a percepção das diferenças, a convivência dos alunos entre si e o exercício de escutar um ao outro em uma aprendizagem coletiva, possibilitando às crianças terem mais confiança em si mesmas, sentirem-se mais acolhidas e sem medo de se expor publicamente”.

Smole & Diniz

EVANILDA DOS SANTOS GOMES
MARIÁGDA DE JESUS SÁ
NATANAEL ELIAS DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de graduação.

BANCA EXAMINADORA

Barbara Alberta Barbosa Silva

PROF.
ORIENTADOR

Regiane Sampaio de Aguiar

PROF.
ORIENTADOR

Regiane Sampaio de Aguiar

PROF.
ORIENTADOR

AGRADECIMENTOS

O grupo agradece à Instituição FAES, que permitiu que esta obra fosse realizada, ao corpo docente, que nos orientou durante todo o caminho até aqui. Agradecemos ainda à toda a equipe que esteve envolvida na produção desta obra, em destaque o orientador Carlos Alberto Barbosa Silva, que esteve ao nosso lado em todos os momentos. Agradecemos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, influenciaram na realização desta obra e a nossa família pelo apoio para vencermos mais uma etapa em nossas vidas.

RESUMO

O incentivo ao hábito da leitura pelas crianças precisa começar o mais cedo possível. Mas qual a importância da leitura na educação infantil? A infância é a época propícia para a formação de bons hábitos e os pais e professores que cercam a criança nos primeiros anos de educação terão papel fundamental na formação desses hábitos positivos. E a leitura é um hábito que precisa ser incentivado em primeiro lugar e constantemente nutrido.

Quem nunca observou o fascínio que as histórias infantis exercem até mesmo nas crianças que ainda nem começaram a falar? Ainda sem compreender a trama da história, a criança desfruta do momento de afeto compartilhado durante a narrativa e se encanta com o som e a entonação da voz do adulto. E a medida que a criança cresce, o hábito e a importância da leitura continuam proporcionando o desenvolvimento da criatividade, das emoções e da capacidade cognitiva. O objetivo prioritário desta obra é estabelecer com primazia a didática e a oralidade, das conceituações singulares e da escrita como recursos de ensino permitindo-nos compreender uma nova dimensão para a prática escolar em sintonia com as pesquisas sobre a aquisição do conhecimento e da aprendizagem.

Para um aprendizado de excelência nossa concepção de trabalho, deve ser significativa e relevante, podendo ser compreendida e praticada, possibilitando relações com experiências anteriores, vivências pessoais e outros conhecimentos; dando significado à formulação de problemas de algum modo desafiantes, que incentivem o aluno a aprender mais; modificando comportamentos e permitindo a utilização do que é aprendido em diferentes situações escolares ou não.

O processo da prática da oralidade deve ser contínuo para o educando, requer direcionamento para que estes possam ampliar sua participação nas atividades.

A leitura na educação infantil tem um papel fundamental na formação do aluno. Isso porque, além de auxiliar na fase de alfabetização, ela ajuda na formação do imaginário e no desenvolvimento de habilidades das crianças. Entretanto, nem sempre os pais compreendem a relevância dessa prática ou as vantagens que ela proporciona. Com isso, deixam de explorar o potencial que a leitura tem para auxiliá-lo no aprendizado dos filhos. Para esclarecer o assunto, preparamos este conteúdo para mostrar a importância da leitura na educação infantil.

Palavras-chaves: Leitura. Oralidade. Educando.

ABSTRACT

Encouraging the habit of reading by children needs to start as early as possible. But what is the importance of reading in early childhood education? Childhood is the right time for the formation of good habits and the parents and teachers who surround the child in the early years of education will have a fundamental role in the formation of these positive habits. And reading is a habit that needs to be encouraged first and constantly nurtured.

Who has never observed the fascination that children's stories exert even on children who haven't even started to speak yet? Still not understanding the plot of the story, the child enjoys the moment of affection shared during the narrative and is delighted with the sound and intonation of the adult's voice. And as the child grows, the habit and importance of reading continue to provide the development of creativity, emotions and cognitive ability. The main objective of this work is to establish with primacy the didactics and orality, of singular conceptualizations and of writing as teaching resources allowing us to understand a new dimension for school practice in line with research on the acquisition of knowledge and learning.

For excellent learning, our concept of work must be meaningful and relevant, and can be understood and practiced, enabling relationships with previous experiences, personal experiences and other knowledge; giving meaning to the formulation of somewhat challenging problems, which encourage the student to learn more; modifying behaviors and allowing the use of what is learned in different school situations or not.

The process of orality practice must be continuous for the student, it requires guidance so that they can expand their participation in activities.

Reading in early childhood education plays a key role in student education. This is because, in addition to assisting in the literacy phase, it helps in the formation of the imagination and in the development of children's skills. However, parents do not always understand the relevance of this practice or the advantages it provides. As a result, they fail to explore the potential that reading has to help their children learn. To clarify the matter, we prepared this content to show the importance of reading in early childhood education.

Keywords: Reading. Orality. Teaching.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 07 |
| OBJETIVOS | 11 |
| CAPÍTULO 1: A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO NACIONAL | 12 |
| 1.1 Um pouco da história da leitura | 12 |
| 1.2 A legislação da Educação Infantil..... | 16 |
| 1.3 Proinfância | 21 |
| CAPÍTULO 2: A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS METODOLÓGICOS E PRÁTICOS..... | 25 |
| 2.1 A leitura na educação infantil | 25 |
| 2.2 A importância de ler para as crianças | 29 |
| 2.3 Práticas para formação de bons leitores | 30 |
| 2.4 Leitura e tecnologias na educação | 33 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 39 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa a focar sobre A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA FORMAÇÃO DO ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, tem como objetivo de contribuir na área da educação infantil, com foco no esclarecimento das atribuições que os livros literários podem ajudar a desenvolver na infância, e mais a frente trabalhados com o apoio do planejamento educacional podem trazer na fase de alfabetização.

Como problema norteador, busca-se responder a seguinte questão: Qual a importância da literatura infantil no desenvolvimento das crianças na Educação Infantil? O tema escolhido justifica-se pela necessidade de educadores compreenderem a importância da literatura na educação infantil e ainda refletir sobre a necessidade de aplicação dessa prática psicopedagógica para aprendizagem. Busca-se com essa proposta apresentar a importância de desenvolver e estimular o interesse da criança por ler, de forma prazerosa, divertida e lúdica, para que o educador veja que a criança aprende e se desenvolve através da literatura. A literatura é imprescindível na escola por ser a ferramenta necessária para que a criança entenda o que verifica ao seu redor, tenha capacidade de explicar diversas situações e de escolher caminhos com os quais se reconhece. Porém, diversos professores não conhecem como a leitura e a literatura são importantes, resumindo sua prática pedagógica, diversas vezes, em textos que se repetem com exercícios direcionados e sem liberdade, nos quais a área de reflexão sobre si e sobre o mundo dificilmente encontra lugar (BARROS, 2013)¹.

Levantando como problema de pesquisa: quais as principais dificuldades que os professores enfrentam para introduzir a literatura em suas aulas e como desenvolver métodos de ensino com intuito de trazer ao aluno o hábito de ler de forma prazerosa e sem cobrança. Como trazer para a sala de aula textos literários como forma de facilitar a aprendizagem e desenvolver a interação dos alunos dentro da sala de aula. Introduzir a leitura desde a primeira infância é estimular a educação

¹ BARROS, P. R. P. D. A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Centro Universitário Católico Salesiano. Lins, 2013.

para além dos ensinamentos dos hábitos culturais elementares, é realizar também a mediação do repertório artístico cultural da criança algo que muitas vezes acaba negligenciado aos pequenos, ou deixado a cargo unicamente das mídias, devido à rotina de trabalho, afazeres da casa e falta de tempo livre.

Esta pesquisa visa a enfatizar toda a importância que a literatura infantil possui, ou seja, que ela é fundamental para a aquisição de conhecimentos, recreação, informação e interação necessários ao ato de ler. De acordo com as ideias acima, percebe-se a necessidade da aplicação coerente de atividades que despertem o prazer de ler, e estas devem estar presentes diariamente na vida das crianças, desde bebês. Conforme Ana Silva (1992, p.57) “bons livros poderão ser presentes e grandes fontes de prazer e conhecimento. Descobrir estes sentimentos desde bebezinhos poderá ser uma excelente conquista para toda a vida”².

O desenvolvimento da oralidade significa para a criança uma habilidade imprescindível para o convívio social nas mais diversas instâncias. Conseqüentemente ao bom desenvolvimento da oralidade, teremos o avanço da escrita e a prática se tornará constante na sua escolarização. A escola necessita estar organizada para favorecer a cada aluno, independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou outra qualquer situação. Porém contando com o apoio de todos os atores que permeiam o cenário educacional, professores gestores, familiar e membros da comunidade em geral. Através deste estudo, pode-se afirmar que a literatura infantil é enriquecedora, desenvolve a criatividade, a fantasia, estimula a imaginação e o prazer. Não se pode abrir mão da literatura infantil enquanto recurso lúdico psicopedagógico, pois é através dela que o conhecimento chega a crianças tão pequenas e não existe infância sem ficção.

A literatura infantil é um caminho que leva a criança a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa. Como educadores precisamos ter cuidado para que esses momentos não venham se tornar enfadonhos e sem interesse para as crianças.

² SILVA, Ana Araújo. Literatura para Bebês. Pátio, São Paulo, n.25, p. 57-59, Fev/Abr.2003.

Ao analisar a leitura e contação de histórias como produto do seguimento integral do indivíduo, identifica-se uma demanda coerente de atividades que despertem o prazer de ler, e estas devem estar presentes diariamente na vida das crianças, desde bebês. Ana Silva (2003, p.57) segue afirmando que “bons livros poderão ser presentes e grandes fontes de prazer e conhecimento. Descobrir estes sentimentos desde bebezinhos, poderá ser uma excelente conquista para toda a vida”. Professores da Educação Infantil desde do Berçário já devem utilizar o livro para estimular os bebês, através dos sons e imagens coloridas.

Existem dois fatores que contribuem para que a criança adquira o gosto pela leitura: curiosidade e exemplo. Para aguçar a curiosidade da criança cabe ao professor proporcionar momentos de prazer e descontração utilizando o livro como ferramenta de diversão e aprendizagem. Sair da sala de aula e proporcionar outros espaços auxiliará na concentração e desejo de conhecer e manipular o livro.

Sabe-se através de estudos que um professor só poderá formar bons leitores, se ele próprio for um leitor competente. O aluno será um bom leitor se ver a leitura com prazer. Assim, a leitura poderá ser um hábito saudável, capaz de formar cidadãos conscientes, competentes, com sensibilidade e imaginação.

Hoje a dimensão de literatura infantil é muito mais ampla e importante. Ela proporciona à criança um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutível. Neste sentido, quanto mais cedo a criança tiver contato com os livros e perceber o prazer que a leitura produz, maior será a probabilidade dela tornar-se um adulto leitor. Da mesma forma através da leitura a criança adquire uma postura crítico-reflexiva, extremamente relevante à sua formação cognitiva.

Para desenvolver esta obra utilizou-se a pesquisa descritiva e bibliográfica da obra de Smole & Diniz (2001)³ dentre outros artigos e periódicos. Smole (2001), uma pesquisadora da área da formação dos aspectos que envolvem o lógico/operacional,

³ Smole & Diniz. (2001) Literatura portuguesa escola Navarro. In AVANCI, Barbara Soares; CAROLINDO, Fabiano Mizael; GOES, Fernanda Garcia Bezerra and CRUZ NETTO, Nina Paula Esc. Anna Nery [online]. 2009, vol.13, n.4, pp.708-716. ISSN 1414-8145. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000400004>.

estuda as relações do raciocínio que envolve habilidades para a matemática e alguns artigos científicos para nortear a pesquisa. Nos dois capítulos ao qual está dividida esta obra, também traremos a visão de alguns autores da literatura infantil como Cecília Meirelles que aborda a leitura infantil como uma arte que serve como nutrição para o leitor, Paulo Freire abordando as tecnologias na educação, “não se reduz à técnica, mas não se faz educação sem ela” e Regina Zilberman com a importância do professor como mediador da leitura ao aluno.

O processo de pesquisa ocorreu da seguinte forma: leitura exploratória; leitura seletiva; análise e interpretação de texto e aplicação da metodologia no dia a dia do educando. Desta forma, na prática, consolida-se as três etapas a seguir: avaliação diagnóstica, processo de intervenção e avaliação final. Partindo do princípio analisado pergunta-se: a prática educativa, a realização e execução frequente, valoriza o ensino da oralidade, possibilitando a criança o desenvolvimento da capacidade de expressão oral?

Em face do exposto, é necessário considerar que a linguagem oral é o principal instrumento de comunicação. O hábito da leitura deve ser estimulado ainda na infância para que o indivíduo aprenda desde pequeno que ler é algo importante e, acima de tudo, prazeroso. Uma leitura realizada com prazer desenvolve a imaginação, a escuta atenta e a linguagem. Expressando-se oralmente, a criança amplia seus horizontes de comunicação, exercita o pensar, socializa-se, organiza a sua mente, interpreta o mundo, expõe ideias, debate opiniões, expressa sentimentos e emoções, desenvolve a argumentação, comunica-se com facilidade, além de se preparar para um futuro profissional no qual ela seja capaz de expressar em público seus conhecimentos e ideias. Deste modo, o desenvolvimento da oralidade significa para ela uma habilidade imprescindível para o convívio social nas mais diversas instâncias.

Consequentemente ao bom desenvolvimento da oralidade, teremos o avanço da escrita e a prática se tornará constante na sua escolarização.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Abordar de forma clara a importância da leitura na educação infantil, já que esta participa ativamente do desenvolvimento da criança e da formação de um futuro cidadão crítico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular o hábito de leitura para os alunos da educação infantil.
- Dialogar com os responsáveis sobre a importância da leitura na formação do cidadão;
- Estimular a criatividade do professor no preparo das aulas de leitura;
- Demonstrar a importância da leitura para o estudante da educação infantil, haja visto, que ao interagir com as histórias contribui no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo e intelectual.
- Fazer com que o professor compreenda sua função de mediador entre os textos e as crianças da educação infantil.

CAPÍTULO 1

A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO NACIONAL

1.1 - UM POUCO DA HISTÓRIA DA LEITURA

Desde épocas remotas da civilização o homem busca habilidades que lhe tornem mais útil à vida em sociedade e que lhe possam tornar mais feliz. A criação de mecanismos que possibilitassem a disseminação de seu conhecimento tornava-se um imperativo de saber poder que infundia respeito e admiração pelos companheiros de tribo. E foi assim que surgiram as inscrições rupestres, simbologia, posteriormente, e num estágio mais avançado das civilizações, os hieróglifos e as esculturas que denotavam sua própria e mais nobre conquista: a conquista de ser. Nesse contexto surge à escrita e a leitura como fator pertinente à própria história da civilização.

A criação dessas disponibilidades, às quais chamamos escrita e leitura, proporcionaram ao ser humano várias outras descobertas, pois ela é a base e dela provêm as demais. Através da leitura e da escrita o homem conseguiu estreitar os laços de afetividade com seus semelhantes, harmonizar os interesses, resolver os seus conflitos e se organizar num estágio atual da civilização, com a abstração a que nomeamos “Estado”. O homem se organizou politicamente.

A leitura não constitui tão somente como uma ideia, com força de um ideal. Ela contém também uma configuração mais concreta, assumindo contornos de imagem, formada por modos de representação característicos, expressões próprias e atitudes peculiares. A ela pertencem gestos, como de segurar um livro, sentar e escrever, inclinar-se e colocar os olhos em algo. Para Irandé Antunes (1937, p.70) “A leitura é uma atividade de acesso ao conhecimento produzido, ao prazer estético e, ainda, uma atividade de acesso as especificidades da escrita”⁴.

⁴ ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Partábola Editorial 1937.

Definir o termo infância é uma tarefa difícil, que pode se diferenciar de acordo com o referencial que se escolhe. Segundo o dicionário on line Dicio, “infância é o período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos, até ao início da adolescência”⁵. As experiências vividas nesse período são cientificamente reconhecidas por afetar profundamente o desenvolvimento físico, mental, social e emocional dos indivíduos. Para compreender todas as transformações vivenciadas em cada faixa etária, aprofundaremos um pouco mais nas etapas do desenvolvimento infantil. Para Jean Piaget (1975) a mesma está dividida em quatro fases. A primeira é a fase sensório-motora (0 a 2 anos), que envolve o reconhecimento de si enquanto ser que pensa, sente e faz. Nesse período o indivíduo passa a ter consciência do seu corpo como um todo, dos seus movimentos e da interação com o mundo. A segunda é a fase pré-operatória (2 a 7 anos), que é a mais marcante, é percebida pelas invenções de brincadeiras, pelo “faz de conta” e, especialmente, pela comunicação mais clara e efetiva por meio da fala. A terceira é a fase operatória concreta (8 a 12 anos), é aí que o raciocínio fica ágil e coerente, estágio perfeito para introduzir conceitos mais complexos nas tarefas escolares e intensificar o aprendizado. A quarta e última fase é a operatória formal (depois dos 12 anos), que inclui perceber que sente amor pelos pais e raiva diante de situações de injustiça, por exemplo. Além disso, vale ressaltar que o senso de empatia ganha bastante força nessa época⁶.

O reconhecimento da infância no passado é diferente nos dias de hoje. Não se compara como era vista no passado. Ao estudar a infância e a educação, vamos perceber as transformações ocorridas com o passar dos tempos. Do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura.

⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/infancia/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

⁶ PIAGET, J. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

A história nos mostra o surgimento de várias concepções de infância. A criança era vista como um adulto em escala reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe. “[...] mal adquiria algum embaraço físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos” Philippe Áries (1978, p. 11)⁷. A infância não era vista como uma fase de fragilidade, tendo em vista que a criança tinha uma atenção especial somente no início da vida. Era vista diferente do adulto apenas no tamanho e na força e o importante era que crescesse para enfrentar a vida adulta.

Com a Proclamação da República, o Brasil começou a passar por um processo de grande modernização e industrialização. As mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho e as crianças não tinham para onde ir. Surgiram então as “mães mercenárias”, que cuidavam de várias crianças juntas para suas mães trabalharem fora. Nesse período, aumentou-se o número de mortalidade infantil devido às péssimas condições de higiene nas casas onde as crianças ficavam e também à ausência da mãe, que tornava a criança mais triste e vulnerável. Gilda Rizzo (2003, p. 31) argumenta que:

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil⁸.

Foi nesse contexto que surgiram as primeiras creches e pré-escolas. No começo elas eram filantrópicas ou mantidas pelos próprios usuários e, somente mais tarde, elas se tornaram públicas. Segundo Vital Didonet (2001, p. 11):

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida⁹.

⁷ ÁRIES, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁸ RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

⁹ DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

Se percorrermos a história da educação no Brasil, a Educação infantil não teve relevância e pouco se falava sobre primeira infância até 1974. Durante períodos desafiantes na história do Brasil, foram propostos espaços que acolhessem as crianças e promovessem, inicialmente, cuidados mais assistenciais, principalmente, quando ocorreram movimentos de grandes pressões feministas e outros movimentos sociais.

O primeiro grande marco da Educação Infantil brasileira ocorreu com a Constituição Federal de 1988, o que tornou dever do estado e direito o atendimento de todas as crianças de zero a seis anos nos espaços de creches e pré-escolas. Assim houve o primeiro avanço importante para a Educação Infantil.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB de 1996, a educação infantil é reconhecida como etapa inicial da educação básica. A educação infantil passa a ser vista por um novo ângulo, valorizando-se a criança e a sua cultura, considerando-a ativa e capaz de construir o seu próprio conhecimento. O professor passa a assumir um novo papel, o de mediador entre a criança e o mundo, e a família é coparticipante do processo de ensino-aprendizagem.

Nós, educadores e famílias, comprometidos com o desenvolvimento de qualidade da Primeira Infância, celebramos a construção da Base Nacional Comum Curricular em 2017, a qual trouxe avanços significativos para a Educação Infantil em todo o território nacional, alinhando o conceito de criança, de como ela aprende, do que ensinar e por quais caminhos levá-la a se desenvolver integralmente.

Durante muito tempo, a criança não foi considerada como um sujeito de direitos. Na sociedade contemporânea, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares. Hoje, ela é considerada como alguém que tem identidade própria, um cidadão de direitos. A pré-escola não pode ser mais considerada como um lugar de cuidados básicos de higiene e boa educação, ou como um curso preparatório para o ingresso no ensino fundamental. A educação infantil é fundamental e necessária, pois desempenha um papel importante no

desenvolvimento humano e social da criança, preparando-a para a vida em família e em sociedade, podendo nela atuar como cidadão consciente.

1.2 – A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A legislação disciplina os diferentes níveis de ensino, os profissionais que atuam nessa área, os recursos financeiros que devem ser destinados, entre outros assuntos. E a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define e organiza todo o sistema educacional brasileiro, do ensino infantil até o superior, assegurando, dessa forma, o direito social à educação a todos os estudantes brasileiros.

Analisando a primeira LDB sob nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, promulgada após anos de debates, nota-se que não existia educação infantil no Brasil. A lei abordava a modalidade de educação pré-primária, em apenas dois artigos, evidenciando a falta de preocupação com a modalidade. O Art. 23 afirma que “a educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância” e o Art. 24 “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária” BRASIL (1961, p. 5)¹⁰. Este último promovia a iniciativa privada em cooperação com o poder público, dividindo as responsabilidades, criando escolas que não poderia ser tratada como educação infantil pela falta de profissionais adequados e alinhamento pedagógico, era uma espécie de depósitos de crianças.

Durante o regime militar foi criada a lei 5.692 aprovada em 11 de agosto de 1971, que entrou em vigor a partir de 1972, onde não trouxe avanços para a educação pré-primária. O foco da mesma foi em unir o primário e o ginásio, formando o 1º grau e transformando os cursos colegiais em 2º grau, buscando um

¹⁰ BRASIL, Brasília, DF, Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

foco na formação de novos profissionais para o mercado de trabalho¹¹. Foi a partir de então que foi criado o curso de Habilitação Específica para o Magistério, que formava professores para atuação até a antiga quarta série. Acácia Kuenzer (1997, p. 16-21) destaca alguns pontos da referida LDB:

É eliminado o sistema de ensino baseado em ramos, cria um único sistema fundamental, fundindo o primário com o ginásio que será chamado de 1º grau e será feito em oito anos e implanta uma nova estrutura de ensino; [...] A equivalência entre o ramo secundário e propedêutico é substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos os que cursassem o que passou a ser chamado de 2º grau sendo cursado entre três a quatro anos; [...] Os currículos do 1º e 2º graus passam a ter duas partes: uma de núcleo comum, com disciplinas obrigatórias em todo o país e outra diversificada, segundo as peculiaridades locais, planos dos estabelecimentos e diferenças individuais dos alunos¹².

Ao dialogar com a Sra. Odete Teixeira da Silva, de 73 (setenta e três) anos, moradora de Itapebi, formada em magistério, nascida em 1950, a mesma nos informou que quando era criança, as escolas só aceitavam matricular a partir dos sete anos de idade, confirmando a inexistência da educação infantil até então. Contou-nos também que quando o seu primeiro filho em meados da década de 80 precisou da educação infantil, por falta de creche próxima, o mesmo estudou em uma escolinha que funcionava nos fundos de uma casa do bairro que morava, instituição essa que não era se quer registrada e tinha somente uma professora, mas que mesmo com todas as dificuldades estruturais o filho aprendeu a ler neste local.

Os resultados da reforma educacional promovida pela Ditadura Militar, no que se refere a formação de professores, foi uma formação aligeirada de professores, com finalidade de atender a expansão da escolaridade determinada pela lei, o que promoveu a profissionais com níveis não satisfatórios. Os militares também tinham como objetivo convencer a população a respeito da conduta praticada pelo governo,

¹¹ BRASIL, Brasília, DF, Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971.

¹² KUENZER, Acácia. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

e para alcançarem este fim, abordaram disciplinas como Educação Moral e Cívica, transmitindo conteúdos com contexto político, econômico e social.

A LDB que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional é a 9394/96. Em seu Art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, disciplinando a educação escolar, que se desenvolve predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social.

As leis que regem a área da educação e as políticas educacionais são essenciais para organizar o acesso à educação no Brasil. Cada vez mais, a educação e o cuidado na primeira infância são tratados como assuntos prioritários por parte dos governos Federal, Estadual e Municipal, bem como pelas organizações da sociedade civil, que vêem na Educação Infantil uma verdadeira ponte para a formação integral do cidadão. “A Educação Infantil, deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação” e dentre seus objetivos está o de “Assegurar a qualidade de atendimento em instituições de Educação Infantil (creches, entidades equivalentes e pré-escolas)”¹³ BRASIL (2005, p.17, 19).

A LDB nº 9.394/96, em seu Art. 29, determina: “a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”¹⁴. Portanto, tudo que se trabalha na educação infantil, precisa ser pensado para o desenvolvimento integral da criança, ou seja, para preparar a mesma em todos os seus processos formativos.

Na trajetória da Educação Infantil dentro da educação básica, detectamos várias mudanças na legislação e na política educacional, fortalecendo e demarcando conquistas a Constituição Federal (BRASIL, 1988)¹⁵ e o Estatuto da Criança e do

¹³ BRASIL (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação.

¹⁴ BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996.

¹⁵ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado, 1988.

Adolescente (BRASIL, 1990)¹⁶, ambos os documentos, a Educação Infantil é considerada como um dever do Estado e um direito das crianças, o que se configura numa importante conquista social e política.

Passaram-se quase dez anos até que a LDB (BRASIL, 1996) regulamentasse a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, estabelecendo sua oferta como responsabilidade dos municípios em regime de colaboração com os estados e a União. E, na dimensão do financiamento, 11 anos após a promulgação da LDB (BRASIL, 1996)¹⁷, a E.I. passou a receber recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 2007a)¹⁸.

Reiteramos que tal integração da Educação Infantil no FUNDEB não ocorreu facilmente. Ao contrário, exigiu grande organização social. Através dessa mobilização que a Educação Infantil garantiu sua inclusão no FUNDEB (BRASIL, 2007a), o que representou um avanço significativo sob o aspecto do financiamento educacional.

Constatamos que a aprovação dessas e de outras bases legais repercute as demandas da Educação Infantil. Reivindicações que se compõem mediante as diferentes dinâmicas sociais e que, num movimento circundante, vão imprimindo outras mudanças na sociedade. A trajetória para se chegar a essa conquista nos mostra uma história de lutas, por parte dos movimentos sociais organizados que abraçavam estas causas, culminando em conquistas em forma de leis.

No caso da Educação Infantil, cabe aos municípios a responsabilidade legal pela oferta de vagas nessa etapa, em articulação com os demais entes federados. Conforme previsto no art. 7.º do Plano Nacional de Educação (PNE), “[...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração,

¹⁶ BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁷ BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 12.796, de 04 de abril de 2013.

¹⁸ BRASIL. Decreto nº 6.253/2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007a. Acesso em: 04 dez. 2022.

visando ao alcance das metas e a implementação das estratégias objeto deste Plano”¹⁹ BRASIL (2014, p. 1).

No que tange à oferta de vagas, apesar de que tenha ocorrido um aumento considerável no atendimento às crianças na Educação Infantil, este ainda é insuficiente para a demanda existente. Como consequência da dificuldade do aumento da oferta de vagas na Educação Infantil, argumenta-se a respeito da avaliação institucional. A discussão refere-se à implementação da emenda constitucional nº 59/2009, que trata da obrigatoriedade da matrícula e frequência das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013 com a Lei nº 12.796/13, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. Essa lei prevê também o pleno desenvolvimento da criança de até cinco anos de idade nos aspectos físico, emocional, intelectual e social.

"Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo". (BRASIL, 2013, p.1)

Nos dias contemporâneos a educação é regida pela Base Nacional Comum Curricular, aprovada em dezembro de 2017, que “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018)²⁰. A educação infantil é a etapa que tem a estrutura defendida como mais inovadora pelos redatores da versão final. Ela não obedece a divisões mais tradicionais por áreas de conhecimento e componentes curriculares. Faz o cruzamento das áreas com os chamados “campos de experiência”, que incorporam dimensões como o conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, consideradas indispensáveis à formação das crianças.

¹⁹ BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 10/12/2022.

²⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Desta maneira, esse trajeto da legislação é caracterizado pela afirmativa que em sua maior parte, os municípios brasileiros são responsáveis pela oferta das matrículas em creches e pré-escolas. No entanto, cabe reafirmar que a responsabilidade pela Educação Infantil e a busca pela qualidade do atendimento às crianças devem ser em sistema de cooperação e colaboração entre os entes federados, visto que “os três níveis de governo – municipal, estadual e federal – têm papel fundamental na melhoria da educação no país”²¹ BRASIL (2004, p. 14).

Portanto, percebe-se que a Educação Infantil tem tido grandes avanços diante da legislação nacional que vem fortalecendo esse seguimento e levando-nos a refletir o processo ensino aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança, viabilizando a sua inserção num mundo moderno e letrado.

Compreendemos as leis como impregnadas de tensões, residindo nelas a dimensão da luta por inscrições mais democráticas na educação. E as leis, mencionadas anteriormente, têm como intencionalidade fazer com que a educação infantil seja sempre reconhecida como a fase inicial da educação da criança e deve ser oferecida com qualidade.

1.3 - PROINFÂNCIA

O Proinfância, criado pelo governo federal e instituído pela resolução de nº 6, de 24 de abril de 2007, tem como princípio a melhoria no campo da infraestrutura educacional. O programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: A construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE e a aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil. O mesmo foi desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) como parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em parceria com o Fundo Nacional de

²¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na educação. Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (Coord.). São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2014.

Desenvolvimento da Educação (FNDE) órgão do Governo Federal. Este programa é desenvolvido em convênio com os municípios e tem por objetivo “garantir o acesso de crianças a creches e escolas de Educação Infantil públicas, especialmente em Regiões Metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nesta faixa etária” (BRASIL, 2011)²². Ele é citado na terceira estratégia da primeira meta do Plano Nacional de Educação (PNE), quando fala que é preciso “manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.”²³ BRASIL (2010, p.4).

O Proinfância é uma das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal. Abordando a construção do conceito de políticas, nos remetemos ao princípio do termo que o originou, assinalando as mudanças advindas ao longo dos tempos. Segundo Eneida Shiroma, Maria Moraes e Olinda Evangelista (2007, p.7),

o termo “política” prenuncia uma multiplicidade de significados, presentes nas múltiplas fases históricas do Ocidente. Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de *polis* – *politikós* – e refere-se à cidade e, por conseguinte, ao urbano, ao civil, ao público, ao social.²⁴

Sobre os conceitos de políticas públicas destacamos também Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi (2006, p.24) que afirma que política pública “é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos”²⁵.

²² BRASIL, Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), 2011. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/programas/proinfancia>, acesso em: 30/01/2023.

²³ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9769&Itemid>. Acesso em: 31 ago. 2022.

²⁴ SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

²⁵ SARAIVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). Coletânea Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.

O Proinfância se destina a Municípios e ao Distrito Federal. Os pré-requisitos para a solicitação dos recursos incluem o cadastramento do projeto, via SIMEC, elaborando o Plano de Ações Articuladas (PAR), nos períodos pré-estabelecidos, inserindo todos os formulários e documentos necessários. Para tal, as prefeituras necessitarão de disponibilizar terreno em localização adequada.

A fim de abordarmos a importância deste programa, traremos a tona o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2014-2024, aprovado mediante a LEI 13.005/2014, que estabelecia em sua meta 1 “universalizar até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”²⁶, BRASIL (2014). Porém de acordo com os dados constantes do Relatório de Avaliação do Ciclo 2014-2017, publicado pelo INEP (2017)²⁷, embora tenhamos avançado, ainda não alcançamos a meta. Com a crise econômica durante o final do governo Dilma, creches e pré-escolas não estavam sendo financiadas pelo Proinfância. Em junho de 2022, o UOL tentou chegar aos dados atuais, mas não conseguiu, afirmando em reportagem que “Sem a divulgação da Pnad Contínua 2020, a entidade afirma que não foi possível atualizar os indicadores. A única informação encontrada sobre a publicação no site do instituto trata do seu adiamento para novembro de 2021, prazo que também não foi cumprido”²⁸.

A infraestrutura na educação infantil é primordial, pois devido a necessidade de desenvolvimento integral da criança, Tizuko Kishimoto (2013, p. 6) conota que “Os espaços da Educação Infantil devem ser acolhedores, dinâmicos, envolventes, possibilitar intervenções e auxiliar no desenvolvimento da autonomia da criança”²⁹. Dessa forma ela aproxima a criança de aspectos mais simples e humanos,

²⁶ BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 10/12/2022

²⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/se/pdf/1-1-5-isd-relatorio-do-ciclo-plurianual-2014-2017-sei-0908792.pdf>

²⁸ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/06/20/metras-plano-nacional-educacao-piora-indicador.htm?cmpid=copiaecola>

²⁹ KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Introdução. Salto para o Futuro, Rio de Janeiro, ano 23, p. 4-8, 2013.

promovendo carinho, afeto, segurança e acolhimento para que possa experimentar novas sensações.

O Proinfância, como política nacional, trouxe avanços significativos para a primeira etapa, reduzindo o déficit na oferta de vagas para a educação infantil, mas é preciso salientar que se não há disponibilidade para todos, não existe o que comemorar. Quanto aos profissionais que atuam nessas unidades, é insuficiente que conheçam essa política e gostem da beleza dos novos estabelecimentos. A visão necessária deve ser a de valorização como recurso pedagógico, utilizando dos novos espaços e equipamentos em suas práticas pedagógicas a fim de alcançar os objetivos da educação infantil.

Concluindo o primeiro capítulo é possível perceber que a legislação, responsável pela regulamentação do sistema de educação no país, foi caminhando lentamente no âmbito da Educação Infantil, até chegar ao que temos hoje que é a mesma como modalidade integrante da Educação Básica, contendo diretrizes próprias e independentes dentro da BNCC, a fim de garantir que a população receba um serviço de qualidade e que este momento seja marcante e de extrema relevância na formação do educando.

CAPÍTULO II

A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS METODOLÓGICOS E PRÁTICOS

2.1 – A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A leitura na Educação Infantil deve ser introduzida de forma natural, no dia a dia das crianças, sem que haja uma imposição. O professor tem um importante papel mediador, pois, será de sua responsabilidade proporcionar aos alunos espaços adequados de leitura, promovendo um momento de descontração e de diversão, para que este seja muito mais prazeroso, mantendo também o respeito ao amadurecimento psíquico, afetivo e intelectual da criança. O educador pode também estimular a leitura através de atividades lúdicas, ao manuseio de histórias em quadrinhos e jogos a exercitar as suas capacidades motoras, fazendo descobertas e iniciando o seu processo de alfabetização.

Paulo Freire (2000, p. 36) afirma que o ato de ler ultrapassa astronomicamente a ação mecânica, como muitas vezes é ensinado na escola. Para o educador, a leitura se inicia junto com a vida, se alimenta de todos os sentidos. Ele chama essa leitura de "leitura de mundo" e afirma que ela precede a "leitura da palavra"³⁰.

A leitura é uma prática que traz inúmeros benefícios aos leitores e quando estimulada desde a infância os impactos positivos podem ser muito maiores, pois a mesma tende a estender a visão de mundo da criança, de forma que ela venha a expandir a forma que se desenvolve como indivíduo soberano. Por meio dela, o indivíduo, desenvolve sua linguagem, criatividade, capacidade de concentração e interpretação do mundo que o cerca. Para Luiz Cagliari, (2001, p.148) “A leitura é extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida

³⁰ FREIRE, Paulo. Professora Sim, Tia Não: Cartas a Quem Ousa Ensinar. 10. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p. 36.

terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma”³¹.

O desenvolvimento da leitura tem por finalidade a formação de leitores que se apropriam de sua cultura, e a práticas de leitura como práticas sociais, fazem parte do mundo da cultura. Para adquiri-las, a criança deve compartilhar diariamente suas descobertas e conhecimentos nas relações com a família, com os amigos, e na escola de Educação Infantil. Para Gilmara Fernandes (2010, p.25):

Ao se envolver com a história, a criança vive como se fosse o personagem, misturando realidade e fantasia, sentindo as alegrias e angústias do mesmo, e a criatividade explica magicamente dúvidas que vão surgindo. Visto que as histórias são construídas socialmente, de acordo com os contextos em que se encontram, abrangem também o âmbito cultural e social, situando a criança na sua realidade e, portanto, propiciando experiências sociais e culturais que poderão servir de base, em que a criança poderá se apoiar ao se deparar com semelhante situação real³².

A presença dos gêneros textuais nos mais diversificados e diferentes meios de informação, possuem sua própria escrita e estrutura encantando os leitores. Estão presentes nos mais variados estilos de contos, poemas, lendas, cartas entre tantos outros, propiciando à criança um vasto conhecimento para os diversos gostos. Contribuindo para a formação social do indivíduo, porque à leitura está presente nos textos, frases, e à medida que o leitor utiliza a leitura, ele não só adquire informações, como também pode associá-las ao mundo. Edi Fonseca (2012, p.29) nos traz a reflexão de que “Temos de promover a entrada dos diversos textos na escola para que as crianças aprendam as competências necessárias para a leitura na vida cotidiana”³³.

O preceito literário, objetiva o desenvolvimento global da criança com formas, cores, movimentos, palavras entre outros. Desta forma, é de grande importância a introdução de textos literários, nos primeiros contatos com a leitura, quando

³¹ CAGLIARI, Luiz C. Alfabetização e Linguística. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

³² FERNANDES, Gilmara de Jesus. Leitura na Educação Infantil: benefícios e práticas significativas. Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – Faculdade Cenecista de Capivari, São Paulo, 2010.

³³ FONSECA, Edi. Interações: com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor da educação infantil. São Paulo: Blucher, 2012. –(Coleção InterAções).

começamos a ofertar a literatura para a criança, das mais variadas formas, esta, por muitas vezes, não possui comprometimento com a realidade, mas com o real que ela mesma cria. A curiosidade e o interesse natural da criança permite que possam vivenciar situações inovadoras, ampliando seus horizontes. Ultrapassando as barreiras da realidade, o pequeno leitor já começa a acumular experiências sóvidas imaginariamente, tornando-o mais crítico e criativo. Abordando a literatura infantil, Cecília Meireles (1984, p. 32) afirma que:

A literatura infantil é arte. E como arte deve ser apreciada e corresponder plenamente à intimidade da criança. A criança tem um apetite voraz pelo belo e encontra na literatura infantil o alimento adequado para os anseios dapsique infantil. Alimento, esse, que traduz os movimentos interiores e sacia os próprios interesses da criança. “A literatura não é, como tantos supõem, um passatempo. É uma nutrição”³⁴.

A criança de 0 a 2 anos utiliza-se das formas literárias através do imaginário. Quando são estimuladas pelos adultos elas desenvolvem mentalmente as histórias e cenários podendo até reproduzir conforme entenderam a contação da história. Ou seja, elas reproduzem o que ouvem e o que veem. Enquanto a criança que inicia sua jornada escolar, obrigatoriamente com 4 anos a aprendizagem ocorre utilizando alguns códigos, de modo a entender este mundo maravilhoso das letras. Este processo de aprendizagem baseia-se em três pilares, professor, aluno e conteúdo. É um processo interativo que considera o papel ativo do aluno em buscar refletir sobre o significado das ideias e do pensamento.

As crianças, desde o momento em que vêm ao mundo, aprendem ouvindo conversas de sua mãe, dentro e fora de casa. Ela aprende quando seu pai lhe dá uma chance para trabalhar com pregos e martelo. Ela aprende quando acha necessário verificar o preço de um equipamento esportivo num catálogo. Ela sempre aprende com objetivo de atribuir significado a alguma coisa, e especialmente, quando existe um exemplo, um modelo a ser seguido Eliane Rodrigues (et al., 2003 p.238.)³⁵.

³⁴ MEIRELES, Cecília, (1984). Problemas da literatura infantil– 3ª ed.Rio de Janeiro: NovaFronteira.

³⁵ RODRIGUES, Eliane Medeiros et al. A importância da família para a formação do leitor. Akrópolis, Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, Umuarama, v.11, n. 3, p. 237-240. jul./set. 2003.

A participação da família é de suma importância neste processo, para que a criança crie o hábito de leitura, porém, quando esse contato inicial não acontece no seio familiar fica para a escola essa incumbência. Tendo a instituição escolar um papel fundamental na formação desse leitor, definindo uma proposição significativa na atribuição da leitura, no desempenho escolar do aluno, tendo a competência para educar para uma boa interpretação, compreensão e aderência ao mundo da leitura.

Rodrigues e Ferreira (2016, p.29) dizem que “É muito importante que a escola contribua para a preparação de alunos capazes de participar como sujeitos do processo de desenvolvimento da aprendizagem”³⁶. A escola tem valor fundamental na formação de leitores, e para tal conta com várias práticas pedagógicas eficientes. Porém, na visão de Marli Queiroz e Tadeu Tavares (2018, p. 112):

O processo de aprendizagem se inicia assim que a criança nasce a partir da percepção do mundo à sua volta, das pessoas que a cercam e dos relacionamentos afetivos que desenvolve. Todos esses fatores colaboram para o desenvolvimento da linguagem, que a princípio é incentivado principalmente pela família.³⁷

Concernente a educação de qualidade Queiros e Tavares (2018, p. 115) abordam que:

Para que um país se desenvolva, é essencial uma educação de qualidade, e para que isso possa acontecer é essencial que a educação comece desde a primeira infância. Um dos pilares disso é uma alfabetização de qualidade, o que ainda é um desafio para a realidade brasileira.

A primeira infância deve ter uma atenção diferenciada por parte dos profissionais que nela atuam. Desde o professor na sala de aula, ao gestor escolar. Diante disso a leitura deve ser colocada com técnicas variadas como mecanismo de lazer e cultura proporcionando elementos que chamem a atenção de forma prazerosa. É essencial ler para as crianças desde muito cedo, pois assim estaremos

³⁶ RODRIGUES, Marinéa Figueira; FERREIRA, Sheila Alves Diniz. A importância da leitura nas séries iniciais do ensino fundamental. Correio MFR. A Importância da Leitura nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Revista Mosaico. 2016 Jul./Dez.;

³⁷ QUEIROZ, Marli Aparecida de Oliveira; TAVARES, Tadeu Zaccarelli . A importância da leitura no processo de alfabetização. Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 111-120, nov. 2017/fev. 2018.

proporcionando a elas contato com o mundo letrado, com a linguagem oral e escrita e principalmente com o mundo da imaginação, só assim estaremos contribuindo para a construção de uma sociedade verdadeiramente letrada.

2.2 – A IMPORTÂNCIA DE LER PARA AS CRIANÇAS

Diante do contexto atual com tantos avanços percebemos a importância da linguagem na vida de todos os seres humanos, desde a mais tenra idade. É por meio da linguagem que a criança se comunica e interage com o mundo ao seu redor em um processo de construção e desenvolvimento, pois a mesma é constituída por múltiplas linguagens.

Estimular a leitura desde a infância é a principal ferramenta para o desenvolvimento intelectual de uma criança. Desenvolver esse hábito é importante, pois ele auxilia no aprendizado escolar, na pronúncia de forma mais clara e na integração com outras crianças. As experiências vividas influenciam no desenvolvimento da imaginação, criatividade, conhecimentos e valores culturais e compreensão de mundo.

Três grandes razões da importância de ler para as crianças são: A primeira é que a leitura auxilia na compreensão de si mesma, pois apresenta uma gama de situações com as quais elas podem se identificar, dentre as quais estão diversos conflitos e sentimentos que precisam ser administrados pela criança; Segunda razão é que favorece o desenvolvimento de habilidades relacionais, ponto esse, de extrema relevância na leitura para a criança, pois está ligado aos laços sociais; E a terceira, é que ela fortalece vínculos e memórias, pois a leitura mediada cria o espaço perfeito para o estabelecimento e aprofundamento de vínculos afetivos.

As histórias lidas e os personagens vistos tornam-se memórias atreladas aos adultos leitores que apresentaram o livro ao pequeno. Dessa forma, o relacionamento se fortalece e se tem dois ganhos em um: a criança se sente valorizada e, ao mesmo tempo, atribui maior importância ao hábito da leitura. Assim, ler para as crianças é um momento privilegiado para o fortalecimento dos vínculos

afetivos com os adultos, por meio das trocas de olhares, do diálogo e da atenção ao outro, além de contribuir para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da linguagem das crianças, com a ampliação de seu conhecimento sobre o mundo.

Ao ler uma história, realizamos uma atividade diferente do que a criança tem o hábito de ouvir. O vocabulário, o ritmo e a entonação utilizados são diferentes do que os adultos normalmente usam para conversar com elas. É uma outra forma de se abrir para novas experiências narrativas e interagir com a linguagem. Também é uma forma de estabelecer um vínculo afetivo com os livros, mediados pela voz do adulto. Essa imersão deve começar bem cedo e não basta só ler, também é importante convidar para se interagir com a história, afinal é importante conversar sobre o que está lendo. Para Edi Fonseca (2012, p. 148):

Quando contamos histórias, permitimos que as crianças observem especificidades da linguagem oral, que compreendam a postura do narrador de histórias – a ação dos narradores. Elas observam que, quando o professor narra oralmente, ele gesticula, muda de voz, faz expressões diferentes com o rosto, olha nos olhos, improvisa, muda parte da história (retira ou acrescenta algo, dependendo do dia, do público, de como ele mesmo está, do tempo que tem para contar), aproveita do que fica subentendido e implícito pela própria expressividade. Com a narrativa oral aguçamos a curiosidade da criança para que ela pegue o livro (do qual a história foi retirada) para reencontrá-la num momento individual e perceba as diferenças entre a oralidade e a escrita. Ao narrar oralmente, trabalhamos com a memória e com o coletivo³⁸.

Contudo devemos fortalecer o trabalho de leitura desde a educação infantil, pois, além de todo o desenvolvimento integral que a leitura proporciona, ler para uma criança fortalece os vínculos afetivos e é uma oportunidade de participação ativa do adulto na educação desde a primeira infância, contribuindo para a construção de uma sociedade verdadeiramente letrada.

2.3 – PRÁTICAS PARA FORMAÇÃO DE BONS LEITORES

Na educação infantil, a criança não é apenas interlocutora de informações, ela possui hipóteses e ideias do meio em que vive, por esse motivo o trabalho com a progressão e o desenvolvimento da leitura não deve ser conduzido, nem direcionado

³⁸ FONSECA, Edi. Interações: com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor da educação infantil. São Paulo: Blucher, 2012. –(Coleção InterAções).

como um processo mecânico, realizado por meio de repetição ou memorização, mas, um processo que busca a interação e novas descobertas de aprendizagem. Segundo Cláudio Oliveira e Cristina Queiroz (2009, p.2):

(...) entendemos que o ensino de leitura deve ir além do monótono que é aplicado em muitas escolas, de forma mecânica e muitas vezes descontextualizado, mas um processo que deve contribuir para a formação de pessoas críticas e conscientes, capazes de interpretar a realidade, bem como participar ativamente da sociedade³⁹.

É de grande importância que o trabalho de leitura em sala de aula seja incorporado às práticas diárias de forma a proporcionar à criança uma aprendizagem contínua, desde a Educação Infantil, para isso é relevante que as escolas proporcionem condições de leitura participativa, lúdica e prazerosa. Dessa forma o professor deve preparar a criança para a leitura dando a ela gradualmente atividades variadas, de acordo com as suas necessidades. Por vez a escola deve disponibilizar um espaço agradável para a leitura e contação de histórias, incentivando o gosto e a vontade de ler. Magdala Bacha complementa afirmando que “[...] uma sala de aula atraente e acolhedora é aquela que, entre outras coisas, é rica em materiais de leitura. Eles contribuem para desenvolver o interesse pela leitura, a vontade de aprender a ler”⁴⁰.

A criança, em sua ludicidade, entenderá a leitura e a escrita como uma forma de brincar, seguindo os comandos do professor ela poderá criar o hábito e descobrir a real importância da oralidade. Apropriando-se tanto de um quanto de outro, ela entenderá que um mundo imaginário surgirá a cada leitura que fizer. A utilização dessas práticas ajuda no desenvolvimento, estimula a criatividade, amplia o conhecimento de mundo, aumenta o vocabulário e desenvolve o senso crítico.

O professor deverá levar em conta os diferentes níveis de compreensão dos alunos sendo que numa mesma atividade proposta pode ser desafiadora para uns e corriqueiras para outros. Para que o momento de leitura seja interessante para o

³⁹ OLIVEIRA, Cláudio Henrique de. QUEIROZ, Cristina Maria de. Leitura em sala de aula: a formação de leitores proficientes. RN, 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/leitura-em-sala-de-aula-a-formacao-de-leitores-proficientes/18067/>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

⁴⁰ BACHA, Magdala Lisboa. Preparação para leitura. PABAAE: Belo Horizonte, 1959.

aluno, deve-se realizar o planejamento da aula, levando em conta a preparação para a leitura, as intervenções construtivas e explicativas, a organização de todo o ambiente. Segundo Elvira Lima (2001, p.16), “o espaço é muito importante para a criança, pois muitas das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela”⁴¹.

Na Educação Infantil a prática de leitura pode ser feita de dois modos: o contato pessoal da criança com o livro e a roda de leitura, em que os professores leem os livros para a turma. É importante atentar para que o tempo não seja muito extenso, pois pode sobrecarregar os pequenos, transformando a leitura como algo cansativo e enfadonho, pois as crianças pequenas não conseguem ficar por muito tempo realizando a mesma atividade.

Outras práticas pedagógicas excelentes para a formação de bons leitores são a construção do cantinho da leitura, roda de conversa, leitura coletiva, leitura de imagens, pesquisas em jornais e revistas, confecção de cartazes e jogos pedagógicos envolvendo a leitura. Sobre o cantinho da leitura Rosaly Stefani, (1997, p.27) afirma que:

Acervo variado, com livros, revistas, jornais, gibis. Acervo de organização e tamanho conforme os recursos de cada escola. Grande ou pequeno, canto de leitura ou caixa de livros, ambiente próprio ou adaptado, de uso coletivo da escola ou de uma classe só... Tudo depende das condições de cada instituição, mas o que importa é que se faça algo. Dentro do que for possível... ainda que sejam simples recortes de revistas, jornais ou livros reaproveitados⁴².

O professor, durante o processo de planejamento, precisa escolher muito bem o que será lido, e buscar conhecer este com detalhes, para que possa apresentar às crianças a capa, folha de rosto, autor, editora, dedicatória e resumo da história na contracapa. Deve também promover um debate com o levantamento das hipóteses por parte das crianças acerca do que vem tratando no livro mediante observação de sua capa. É importante também comentar sobre o autor, a obra, o assunto abordado e os motivos que o levaram esta escolha.

⁴¹ LIMA, Elvira de Souza. Como a criança pequena se desenvolve. São Paulo: Sobradinho, 2001.

⁴² STEFANI, Rosaly. Leitura: que espaço é esse? São Paulo: Paulus, 1997.

Ainda Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1996, p.28) pontuam a importância de o professor ter nas atividades com a leitura a premissa de:

Parece óbvio o que vou dizer, mas a premissa é a de que o professor seja um leitor. Não apenas um indivíduo letrado, mas alguém que, com certa frequência, lê produtos como jornais, revistas, bulas de remédio, histórias em quadrinho, romances ou poesias. O professor precisa se reconhecer como leitor e gostar de se entender nessa condição. Depois, seria interessante que ele transmitisse aos alunos esse gosto, verificando o que eles apreciam. Esse momento é meio difícil, pois, via de regra, crianças e jovens tendem a rejeitar a leitura porque ela é confundida com o livro escolar e a obrigação de aprender. Se o professor quebrar esse gelo, acredito que conseguirá andar em frente⁴³.

Sempre que é oferecido um livro para ser lido dentro da sala de aula, o professor deve buscar realizar a contextualização, despertando o interesse do aluno, ensinando a fazer uma leitura prazerosa e fazendo com que o livro torne o que ele pode ser de fato, um objeto de lazer, de entretenimento, no melhor sentido da palavra, o grande companheiro para o nosso dia a dia. Oferecer o contato com os livros às crianças é abrir as portas para o conhecimento e para a formação de futuros cidadãos mais conscientes e com capacidade de interpretar textos, de falar com maior facilidade e de adequar seus discursos ou linguagem em diferentes situações de comunicação.

Neste sentido, o professor tem papel fundamental no ensino da leitura, sendo o mediador nas diversas práticas de leitura que ocorrem dentro da sala de aula, se preocupando com a utilização de momentos favoráveis, que ajudam no desenvolvimento do prazer de ler, pois o objetivo deve ser de formar leitores para toda a vida, que comecem em casa, aperfeiçoam na escola e continuando pela vida inteira.

2.4 – LEITURA E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

O mundo inteiro está a cada dia tornando-se mais digital, o primeiro contato entre tecnologia e ensino acontece muito antes da sala de aula. Existe uma

⁴³ ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

demanda de apoio digital na comunicação com os pais e responsáveis dos, segundo o MEC, mais de 8,9 milhões de alunos de creches e pré-escolas do Brasil⁴⁴. Seja no material de marketing de uma escola de educação infantil privada ou na interação com a comunidade de uma instituição pública para crianças. Para Maria Sampaio (1999, apud BRITO, 2006, P.20) “estamos em um mundo em que as tecnologias interferem no cotidiano, sendo relevante, assim, que a educação também envolva a democratização do acesso ao conhecimento, à produção e à interpretação das tecnologias”⁴⁵.

Apesar de, segundo reportagem da CNN Brasil, os brasileiros já terem ultrapassado a marca de “mais de 2 dispositivos digitais por habitante em junho de 2022” e o smartphone ser o principal meio de acesso à internet, “tendo atualmente mais de um smartphone por habitante, segundo levantamento anual divulgado pela FGV”⁴⁶, a questão não é tão simples quanto criar um grupo ou lista de transmissão em aplicativos de troca de mensagens.

Vivemos um momento histórico, a integração entre era digital e seus variados aparelhos com as demandas da educação beneficiam o ensino/aprendizado como também podem ser um fator negativo, dependendo da forma como for utilizado. As crianças começam a interagir com dispositivos móveis antes de aprenderem a falar, então é comum a ideia de que esses aparelhos façam parte de todas as atividades escolares. A discussão do equilíbrio entre o caderno e o computador pode até ganhar mais relevância em outros graus de ensino, mas para a educação infantil, um dos tópicos de maior destaque é a interação social.

Nas escolas infantis, o papel da tecnologia no desenvolvimento do processo de aprendizagem deve ser em ajudar na habilidade, criatividade e atenção, também pode ser a facilitadora da convivência entre os pequenos. Um estudo publicado na

⁴⁴ Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/censo-escolar#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20eram%208.972,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC\).](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/censo-escolar#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20eram%208.972,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC).)

⁴⁵ BRITO, G. S; Purificação, I. Educação e Novas Tecnologias: um repensar. Curitiba: IBPEX, 2006. CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brasil-tem-mais-smartphones-que-habitantes-aponta-fgv/#:~:text=O%20Brasil%20tem%20atualmente%20mais,de%20acordo%20com%20o%20IBGE.>

Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância indica que nem todos os aplicativos educacionais auxiliam no aprendizado. Para isso, esses programas devem fornecer recursos para facilitar a apresentação do conteúdo, de forma que a criança faça uma exploração criativa em seu próprio ambiente. A adoção de dispositivos e aplicativos em seu método não precisa ser radical. É possível conciliar o melhor de cada estratégia para criar uma aula funcional e interessante, facilitando o envolvimento dos pais e encantando os estudantes.

Um fator negativo que as novas tecnologias podem promover nas pessoas é o abandono à leitura de livros físicos, isso pode resultar em alunos cada vez mais desinteressados nestes, construindo vocabulários cada vez mais pobres principalmente pela utilização de redes sociais. A leitura de textos ricos é algo crucial e não pode ser abandonada pelo ser humano, pois é através deles que podemos enriquecer nosso vocabulário, obter conhecimento e dinamizar o raciocínio. Já para Paulo Freire (2001, p.98), a utilização de computadores pode promover a capacidade crítica:

A educação não se reduz à técnica, mas não se faz educação sem ela. Utilizar computadores na educação, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa de nossos meninos e meninas. Dependendo de quem o usa, a favor de quem e de quem e para quem. O homem concreto deve se instrumentar com o recurso da ciência e da tecnologia para melhor lutar pela causa de sua humanização e de sua libertação⁴⁷.

A BNCC aborda o uso das tecnologias em sala de aula incluindo os novos recursos tecnológicos a fim de ampliar a prática e vivência educacionais. Assim, ela nos aponta que,

[...] em vista disso, devem-se considerar as transformações e inovações ocorridas e vivenciadas pelas pessoas a partir da explosão tecnológica e midiática das últimas décadas. Diante do exposto, constata-se, portanto, que a inserção das mídias digitais na sala de aula, desde o princípio da vida escolar da criança, é muito importante, uma vez que as crianças desta geração já têm acesso às tecnologias. Mesmo o início do aprendizado já acontece sob a tutela dos processos de interação com tudo o que está ao redor, desde a mais tenra idade, geralmente muito antes de se frequentar a escola. Assim sendo, não é interessante ou produtivo interromper esse processo. (BRASIL, 2018, p. 34)⁴⁸

⁴⁷ FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

O uso da tecnologia na educação, deve estimular a criatividade, o raciocínio lógico, a colaboração, a capacidade de pesquisa e outras competências importantes para o mundo contemporâneo. Ela também permite que os livros digitais sejam acessados por meio de diferentes dispositivos eletrônicos, como computadores e tablets, necessitando apenas de uma conexão à internet, fazendo com que o acesso ao acervo de obras seja muito mais rico. A função da tecnologia como aliada à prática da leitura é garantir que todos possam desfrutar do prazer de ler, fornecer uma educação sem fronteiras, e guiar os alunos pelos caminhos da criticidade.

A educação tecnológica é vislumbrada como elemento essencial para uma maior integração social, uma vez que é um meio para a expansão dos conhecimentos, das situações, dos contextos, das pessoas no mundo. E essa realidade nos imposta desde o processo da Pandemia da Covid-19, que adiantou tudo o que estava por vir, fez com que a tecnologia adentrasse à educação e se tornasse um elo essencial e imprescindível.

Concluindo o segundo capítulo, enfatizamos que a leitura é importante em todos os níveis educacionais. Ela é uma atividade essencial a qualquer área do conhecimento e está intimamente ligada ao sucesso do ser que aprendeu, pois permite ao homem situar-se com os outros, promovendo a aquisição de diferentes pontos de vista e alargamento de experiências. Possui também sua importância na educação porque, como instrumento, proporciona a melhoria da condição social e humana, já que um mundo novo se é descoberto, cheio de coisas novas e desconhecidas, que fazem do leitor um adulto dinâmico e perspicaz, que interpreta bem tudo o que lhe ocorrer durante a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler é um ato valioso para a formação do ser humano, pois ajuda no seu desenvolvimento, estimula a sua criatividade, amplia o conhecimento de mundo, promove o senso crítico, tornando-o capaz de atuar na sociedade com maior segurança, alcançando assim o seu sucesso com mais facilidade e competência. Para Maria Helena Martins (1994, p.25) “A leitura seria a ponte para o processo educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo”⁴⁹.

Compreende-se que a formação de leitores, é fundamental para a sociedade, sendo algo essencial, uma vez que torna possível ao indivíduo a obtenção de benefícios indiscutíveis como a aquisição de conhecimentos e de aprimoramento cultural, forma de lazer e de prazer estético, ampliação das condições de interação e de convívio social entre outros.

Articular as leis em benefício da garantia do atendimento de qualidade na educação infantil é perceber a criança sob a ótica da infância, constituindo uma prática pedagógica de humanidade, amorosidade e, sobretudo de respeito à criança. Contudo percebemos que ocorreram grandes avanços, porém, ainda temos muito a alcançar, pois ainda encontramos falhas como na oferta de vagas para a educação infantil, promoção de formação continuada para professores, carência de mais recursos para aulas lúdicas e criativas, promoção de novas tecnologias, parcerias para que estas sejam realidades no mundo exterior ao que pertence dia a dia dentro dos ambientes de creches e pré-escolas e campanhas de conscientização para que os pais entrem em parceria com a educação, pois os mesmos são indispensáveis no processo de construção do conhecimento.

A escola, creche, pré-escola, quando vistos como lugar de direito da criança, possibilitam sua ação na sociedade, reconhecendo suas capacidades de expressão, interação e produção de cultura. Proporcionam a criança viver experiências, explorar e resolver problemas, construir significados sobre o mundo, interagir com o outro, estabelecer relações, criar, imaginar e principalmente brincar.

⁴⁹ MARTINS, Maria Helene. O que é leitura, 19 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

Por fim, esperamos que esse estudo venha orientar e promover o entendimento sobre qual é a importância da leitura na educação infantil e também o que significa "leitura" nessa faixa etária, afinal, quanto mais cedo esta for inserida e estimulada na vida do indivíduo, este se tornará um leitor ativo diante da sociedade, pois é através da leitura que investimos na formação de valores desde a mais tenra idade para que se possam formar novas gerações que conheçam e compreendam o mundo, comprometendo-se em melhorá-lo cada vez mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Partábola Editorial 1937.

ÁRIES, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BACHA, Magdala Lisboa. Preparação para leitura. PABAAE: Belo Horizonte, 1959.

BARROS, P. R. P. D. A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Centro Universitário Católico Salesiano. Lins, 2013.

BRASIL, Brasília, DF, Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

_____. Brasília, DF, Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado, 1988.

_____. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na educação. Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (Coord.). São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

_____. (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação.

_____. Decreto nº 6.253/2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007a. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9769&Itemid>. Acesso em: 31 ago. 2022.

_____, Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), 2011. Disponível em: https://www.fnede.gov.br/programas/proinfancia, acesso em: 30/01/2023.

_____. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 12.796, de 04 de abril de 2013.

_____. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10/12/2022

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRITO, G. S; Purificação, I. Educação e Novas Tecnologias: um repensar. Curitiba: IBPEX, 2006. CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/infancia/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FERNANDES, Gilmara de Jesus. Leitura na Educação Infantil: benefícios e práticas significativas. Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – Faculdade Cenecista de Capivari, São Paulo, 2010.

FONSECA, Edi. Interações: com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor da educação infantil. São Paulo: Blucher, 2012. –(Coleção Interações).

FREIRE, Paulo. Professora Sim, Tia Não: Cartas a Quem Ousa Ensinar. 10. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p. 36.

_____, Paulo. A Educação na Cidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Introdução. Salto para o Futuro, Rio de Janeiro, ano 23, p. 4-8, 2013.

KUENZER, Acácia. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, Elvira de Souza. Como a criança pequena se desenvolve. São Paulo: Sobradinho, 2001.

MARTINS, Maria Helene. O que é leitura, 19 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

MEIRELES, Cecília, (1984). Problemas da literatura infantil– 3ª ed. Rio de Janeiro: NovaFronteira.

OLIVEIRA, Cláudio Henrique de. QUEIROZ, Cristina Maria de. Leitura em sala de aula: a formação de leitores proficientes. RN, 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/leitura-em-sala-de-aula-a-formacao-de-leitores-proficientes/18067/>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

PIAGET, J. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

QUEIROZ, Marli Aparecida de Oliveira; TAVARES, Tadeu Zaccarelli. A importância da leitura no processo de alfabetização. Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 111-120, nov. 2017/fev. 2018.

RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RODRIGUES, Marinéa Figueira; FERREIRA, Sheila Alves Diniz. A importância da leitura nas séries iniciais do ensino fundamental. Correio MFR. A Importância da Leitura nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Revista Mosaico. 2016 Jul./Dez.;

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). Coletânea Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Ana Araújo. Literatura para Bebês. Pátio, São Paulo, n.25, p. 57-59, Fev/Abr.2003.

SMOLE & DINIZ. (2001) Literatura portuguesa escola Navarro. In AVANCI, Barbara Soares; CAROLINDO, Fabiano Mizael; GOES, Fernanda Garcia Bezerra and CRUZ NETTO, Nina Paula Esc. Anna Nery [online]. 2009, vol.13, n.4, pp.708-716. ISSN 1414-8145. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000400004>.

STEFANI, Rosaly. Leitura: que espaço é esse? São Paulo: Paulus, 1997.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.